SindBancários
PETRÓPOLIS/RJ
Dia a Dia
SEJA SÓCIO VOCÊ TAMBÉM
www.sindbancariospetropolis.com.br
CUT BRASIL CONTRAF
Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto
Telefax: (24) 2242.0673 I 2231.2281 /SindBancariosPetropolis sindbancariospetropolis@gmail.com

Ano XX n° 6055 – 20 de maio de 2019

Caixa: Contraf-CUT cobra a reposição do quadro de empregados

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) reivindica a reposição do quadro de funcionários da Caixa. O banco encerrou 2018 com o menor número de funcionários desde 2014, quando trabalhavam na Caixa 101 mil pessoas.

Hoje são 84 mil. Para piorar, o presidente da Caixa anunciou, nesta sexta-feira (17/5), o novo programa de demissão voluntária (PDVE). O objetivo é reduzir até 3,5 mil dos 28 mil empregados que trabalham na matriz e em escritórios regionais da Caixa.

"A nossa luta é para melhores condições de trabalho e de atendimento à população. Para isso, precisamos de mais trabalhadores e não menos. Esta redução prejudica não só os trabalhadores que ficam, como também a população, que é prejudicada diretamente", afirmou Dionísio Reis, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa. "Para piorar, o programa é aberto com a discriminação aos trabalhadores. Apenas uma área específica pode aderir e, só caso eles não batam a meta, será ampliado para os demais setores do banco."

Este é o terceiro PDVE aberto pela Caixa nos últimos anos. No primeiro, em 2017, o alvo eram os empregados aposentados pelo INSS ou que poderiam se aposentar até 30 de junho daquele ano. Em junho, o banco anunciou a reabertura para completar a meta de 10 mil que não foi cumprida inicialmente. "Desde já manifestamos nossa contrariedade por mais uma decisão unilateral do banco, sem qualquer negociação com os representantes dos trabalhadores", disse.

Para o coordenador do CEE é mais uma mostra da tentativa do enfraquecimento do banco. "O desenho que está sendo pensado para a Caixa é semelhante ao modelo proposto para os bancos que foram enfraquecidos e privatizados nos anos 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. As demissões desenfreadas, tidas como voluntárias, serão aceleradas. O sonho de uma Caixa sintonizada com os desafios do Brasil ficará cada vez mais distante. O banco é um dos maiores instrumentos de política social, mas esse perfil será riscado do mapa caso esse processo obtenha êxito", finalizou.

5,2 milhões de brasileiros procuram emprego há mais de 1 ano, diz IBGE

O tempo que os trabalhadores e as trabalhadoras estão demorando para conseguir se recolocarem no mercado de trabalho brasileiro cresce na mesma proporção que as taxas de desemprego, que vem registrando um recorde atrás do outro desde o golpe de 2016.

De acordo com os dados divulgados nesta quinta-feira (16/5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do total de 13,4 milhões de desempregados registrados no 1º trimestre de 2019, 5,2 milhões procuram uma oportunidade de trabalho há mais de um ano. Esse universo representa 38,9% dos desempregados no país.

Outros 3,3 milhões (24,8%) estão desocupados há dois anos ou mais. Ainda segundo o IBGE, 6 milhões de pessoas (45,4% do total) estão procurando emprego há mais de um mês e menos de um ano, e 2,1 milhões entraram para a fila do desemprego mais recentemente, há menos de um mês.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, os dados apontam para um diagnóstico grave, reflexo de uma economia estagnada, sem perspectivas de melhora e de um governo sem política de desenvolvimento. Para ele, a política econômica recessiva adotada pelo governo de extrema direita de Jair Bolsonaro (PSL), que se limita a anunciar medidas de arrocho e retirada de direitos, vai piorar ainda mais a situação da classe trabalhadora.

Segundo o IBGE, o desemprego cresceu em 14 das 27 unidades da federação no 1º trimestre deste ano. O Amapá concentra 20% de desempregados, a maior taxa do país. Na sequência, aparece os estados da Bahia (18,3%), Acre (18%) e Maranhão (16,3). Já as menores taxas estão nos estados da Região Sul do país: Santa Catarina (7,2%), Rio Grande do Sul (8,0%) e Paraná. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, as taxas ficaram em 13,5% e 15,3%, respectivamente.